

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

**CHAIANE FERREIRA DE SOUZA**

**Comunicação libertadora como instrumento de enfrentamento e prevenção da  
violência doméstica contra as mulheres**

**CHAPECÓ  
2021**

**CHAIANE FERREIRA DE SOUZA**

**Comunicação libertadora como instrumento de enfrentamento e prevenção da  
violência doméstica contra as mulheres**

Trabalho de conclusão do curso de especialização apresentado como requisito para obtenção do grau de Especialista em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

26/03/2021

BANCA EXAMINADORA:



---

Prof. Dra. Agnes de Fátima Pereira Cruvinel - UFFS  
Orientadora

---

Prof. Dra. Graciela Soares Fonsêca

---

Prof. Dra. Maíra Rossetto

# COMUNICAÇÃO LIBERTADORA COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

Chaiane Ferreira de Souza\*

## RESUMO

A violência doméstica contra as mulheres é um problema global e que acarreta inúmeras consequências. Compreendendo esse fenômeno como estrutural e produzido culturalmente ao longo dos anos, luta-se muito para que ocorra uma conscientização da população sobre as desigualdades de gênero e as violências que perpetuam por conta disso. Mulheres que sofrem com esse tipo de violação se encontram em situações de vulnerabilidade, em que a violência se mantém como meio de comunicação, enquanto elas se mantêm silenciadas, incapazes de relatar o que vivenciam diariamente, sem voz para falar sobre seu sofrimento. Portanto, esse trabalho discute como a comunicação libertadora, conceituada por Paulo Freire, pode ser uma ferramenta essencial no enfrentamento e na prevenção da violência doméstica contra as mulheres, sendo um mecanismo pelo qual elas podem recuperar as suas vozes.

**Palavras-chave:** Comunicação; Violência doméstica; Violência contra a mulher; Prevenção.

\*Acadêmica do Curso de Especialização em Saúde Coletiva, da Universidade.

# COMMUNICATION FOR FREEDOM AS AN INSTRUMENT TO CONFRONTING AND PREVENTING DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN

Chaiane Ferreira de Souza\*

## ABSTRACT

Domestic violence against women is a global problem and has numerous consequences. Understanding this phenomenon as structural and culturally produced over the years, there is great struggle to raise awareness of the population about gender inequalities and the violence that perpetuates because of it. Women who suffer from this type of violence find themselves in situations of vulnerability, in which violence remains a means of communication, while they remain silent, unable to report what they experience daily, without a voice to talk about their suffering. Therefore, this paper discusses how liberating communication, conceptualized by Paulo Freire, can be an essential tool to confronting and preventing domestic violence against women, being a mechanism by which they can recover their voices.

**Keywords:** Communication; Domestic violence; Violence against women; Prevention.

\*Student in the post-graduation course in Collective Health at the Universidade Federal da Fronteira Sul.

## INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um fenômeno estrutural complexo e ainda muito invisibilizado pela sociedade. As mulheres em situação de violência se encontram, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade e não conseguem expressar seu sofrimento e falar sobre suas vivências, ficando assim silenciadas.

Mesmo afetando parcela da sociedade, muitos casos não chegam ao conhecimento das autoridades capacitadas para o seu enfrentamento, se tornando desconhecidas. Nesse sistema disfuncional, existe uma relação hierárquica de desigualdade, exploração, opressão e dominação, em que a violência perpetua como modo de comunicação, sendo o diálogo praticamente inexistente. Esse tipo de violência afeta a integridade física e psicológica das agredidas, interferindo em diferentes áreas da sua vida, incluindo o sentimento de segurança, a vida sexual, a autoestima, os laços vinculares, o afeto e a comunicação (MONTEIRO, 2012).

As mulheres que estão em situação de violência doméstica apresentam dificuldade em relatar os abusos sofridos, muitas vezes não conseguem expressar o que sentem ou o que vivenciam diariamente, não encontrando meios para falar sobre suas dores. Silenciadas, vivem em situações de vulnerabilidade em que não conseguem se emancipar dessas opressões.

Nesse recorte comum da sociedade atual, o número de casos de violência doméstica contra as mulheres só aumenta, mas ainda são muitos os casos que não chegam a ser denunciados. Um dos desafios encontrados no atendimento a essas demandas é, portanto, a fala, já que mulheres em situação de violência encontram-se vulneráveis e fragilizadas, incapazes de tomar decisões ou até mesmo de expressar seu sofrimento, e muitas vezes não reconhecem as violências que sofrem e não sabem como nomear as suas dores.

Conforme Freire (1987) é importante encorajar os indivíduos a ter voz e serem ativos nos processos de transformação das suas realidades. Criar espaços de acolhimento, de diálogo, de desenvolvimento de potencialidades e autenticidade para o sujeito ser protagonista da sua história.

É necessário dimensionar o cuidado das mulheres em situação de violência doméstica por meio de uma comunicação que lhes permita dialogar e visibilizar seu sofrimento, expressar seus desejos e construir a autonomia de suas próprias vidas. Para realizar intervenções pertinentes e investigar de modo eficaz, é necessário o

empoderamento da fala dessas mulheres, para que seja possível atuar no enfrentamento das violações sofridas por elas. Assim, esse trabalho pretende iniciar uma discussão sobre a necessidade de uma comunicação libertadora como instrumento de enfrentamento e prevenção da violência doméstica contra as mulheres.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é uma revisão narrativa de literatura, na qual se buscou compreender de que modo a comunicação pode auxiliar no enfrentamento e na prevenção de casos de violência doméstica contra a mulher. Uma revisão narrativa, segundo Rother (2007) é uma publicação ampla que pretende descrever e discutir sobre determinado tema, sob um ponto de vista teórico. Desta forma, consegue contribuir para novos debates pois traz reflexões pertinentes sobre a temática em questão.

Foi realizada uma busca por artigos que pudessem auxiliar no desenvolvimento do trabalho, nas bases de dados LILACS, PePSIC, SciELO e PUBMED, com os descritores “Comunicação”, “Violência doméstica” ou “Violência contra a mulher” e “Prevenção” de forma combinada, publicados no período dos últimos cinco anos, tendo sido encontrados 236 artigos, sendo que somente 2 artigos traziam a temática em questão, 1 da base de dados PubMed e 1 da base de dados LILACS, e foram utilizados no trabalho. O critério de inclusão foram artigos que trouxessem nos seus resumos a relação da comunicação como um mecanismo que pudesse auxiliar no enfrentamento ou prevenção da violência doméstica. Foram excluídos os artigos dissonantes à temática proposta.

Buscou-se maior embasamento sobre a comunicação libertadora nas obras de Paulo Freire, por ser um precursor do tema, assim como na Legislação Brasileira e outros textos referentes à prevenção de violência contra mulher, processos de subjetivação e atendimento aos casos de violência doméstica, visto a dificuldade em encontrar materiais específicos que abordassem a utilização da comunicação como ferramenta de prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

## A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O SILENCIAMENTO FEMININO

A violência doméstica e familiar é um problema de saúde pública e nenhum lugar está isento de vivenciar essas situações, pois esse tipo de violação é multicausal e se desenvolve a partir de diferentes crenças e valores socioculturais.

Cordova *et. al* (2018) comenta que as características da violência doméstica se baseiam na manipulação dos comportamentos dos membros da família, na violação de seus espaços pessoais, emocionais, morais e inclusive cíveis e jurídicos, e no uso da força tanto física como psicológica que repercutem no bem-estar da família como um todo, transformando a dinâmica familiar em uma relação disfuncional, muitas vezes silenciada pelos próprios membros que tendem a não procurar ajuda.

Em uma visão mais ampla do problema, a violência que ocorre no ambiente doméstico e familiar se repercute nos ambientes externos de modos distintos, podendo acarretar em uma repetição dessa violência por parte dos membros da família com outras pessoas do seu convívio. E no pior cenário possível, acontecem os crimes que resultam em morte.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/2006) surge como um suporte para o enfrentamento dos crimes de violência doméstica especificamente cometidos contra as mulheres, já que em grande parte das vezes elas são as vítimas desse tipo de violação. A lei vem criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, afirmando que *“toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião”* tem seus direitos amparados, e tem assegurada a possibilidade de viver sem violência (BRASIL, 2006).

Importante para atuar nessas situações, a lei também trouxe definições sobre os diferentes tipos de violência sofridos pelas mulheres no ambiente doméstico, sendo que o crime se configura por ser cometido por alguém que a mulher tenha convívio e relação íntima de afeto.

São cinco os tipos de violência que se configuram em violência doméstica, conforme citados no Capítulo II da Lei Maria da Penha, que trata “Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher”:

- Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal;

- Violência psicológica: qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- Violência sexual: qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- Violência patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Todos esses tipos de violência podem ocorrer simultaneamente no ambiente familiar e têm consequências tanto para a saúde física e emocional da mulher, como para os serviços públicos que precisam atuar no enfrentamento e com as consequências dessas violências na sociedade.

Segundo Cordova *et. al* (2018), a violência doméstica sobrecarrega o setor de saúde, pois precisa arcar com a qualidade de atendimento dos profissionais que estão em contato com as vítimas, através de intervenções pertinentes, atuando no cuidado e reabilitação dessas mulheres, assim como precisam atuar com ações de prevenção que possam repercutir nas comunidades como meio de cessar esse tipo de violação.

Para Clark *et. al* (2017), existem poucas estratégias primárias de prevenção à violência que realmente têm resultados satisfatórios. Essas ações visam prevenir a violência antes que ela ocorra, porém na maioria das vezes os setores de enfrentamento

acabam agindo após a violência acontecer, trabalhando apenas com os resultados dessas violações.

Compreendendo que a sociedade se desenvolveu com uma cultura patriarcal, em que comportamentos abusivos contra as mulheres são naturalizados através de uma hierarquização de gênero e relações de poder e dominação do homem sobre a mulher (MONTEIRO, 2012), é necessário pensar em modos de criar uma mudança social no que se entende de papéis de gênero na sociedade, buscando a conscientização e uma transformação nas crenças, atitudes e comportamentos que sustentam esse tipo de violência.

As mulheres crescem em posições de submissão e obediência, em que suas vozes são silenciadas desde a infância, quando precisam se “comportar como menina”. Monteiro (2012) comenta que as construções de identidade de gênero são um fenômeno biopsicossocial, ou seja, que esses papéis são delimitados pela sociedade e pela cultura, criando-se argumentos que afirmam ser o corpo do outro um lugar de posse, e nesse contexto a mulher é menosprezada em relação ao homem, seu corpo se tornou lugar de exercício de poder, mas não dela própria e sim do outro.

Conforme Zanello (2018) a violência contra as mulheres é fruto de um processo histórico de apagamento e marginalização que constrói relações desiguais entre os gêneros. A autora faz um estudo das práticas históricas que delimitam a construção das subjetividades femininas na sociedade ocidental, compreendendo o contexto sócio-histórico-cultural em que as identidades são formadas. Ela comenta como é importante pensar nos processos por meio do qual a cultura molda e reproduz performances, identidades, através de uma pedagogia de afetos, ensinando como as pessoas devem sentir e se comportar.

É importante pensar nessa produção de identidades femininas, para compreender em que contexto foram impostos esses papéis que repercutem até hoje nas crenças e valores sociais. Essa inferioridade imposta às mulheres desde cedo mantém comportamentos de opressão e poder sobre corpos femininos, o que é peça chave para a violência doméstica e de gênero. A ideia de posse sobre as mulheres faz com que essa violência repercuta, de modo naturalizado, por toda a sociedade, e silencie as mulheres que sofrem, pois muitas acreditam que é desse modo que um relacionamento deve existir,

mantendo essa forma de comunicação violenta como se fosse natural, pois aprenderam assim (ZANELLO, 2018).

É de extrema necessidade pensar em mudanças culturais que possam redefinir os processos de subjetivação de homens e mulheres na sociedade, retirando a crença feminina de submissão e fragilidade, e reafirmando sua força e capacidade de decisão diante as suas vivências.

## **COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE PREVENÇÃO**

Compreendendo a violência doméstica como uma construção sócio-histórica que repercute nos modos como homens e mulheres entendem seus papéis sociais, é importante pensar como prevenir a violência com ações que possam promover mudanças sociais e a conscientização da população.

Clark et al (2017), comenta como as intervenções destinadas a mudar normas sociais podem influenciar positivamente atitudes e práticas individuais. Para isso seria necessária uma abordagem ampla que para atingir a sociedade como um todo e que possa resultar em reais transformações sobre os modos de se relacionar.

Mas então, como cada indivíduo, em sua singularidade pode contribuir de modo genuíno para que reais mudanças ocorram na sociedade?

Para Freire (1963), o indivíduo só consegue agir e transformar a sua realidade a partir do momento em que consegue usar a comunicação, ler, compreender, interpretar e expressar de forma crítica a sua realidade. Quando consegue desenvolver essa consciência crítica ele se insere como sujeito que faz parte do mundo, e não somente como objeto que está no mundo. Enquanto sujeito inserido e fazendo parte do mundo, ele produz e é produzido, ou seja, ele age ao mesmo tempo em que sofre a ação do mundo, não sendo sujeito passivo nesse contexto, mas sujeito capaz de fazer transformações.

Schraiber (2003) comenta que o silêncio é característico da violência, tornando o relato da violência sofrida muito difícil. Nos casos de violência doméstica se torna ainda menos relatado por ser entendida como de ordem privada e particular. Para a autora:

Silêncios e invisibilidades são, pois, também questões de gênero, logo, são realidades que podem e devem ser abordadas no plano psicoemocional, sócio-cultural e ético-político, para uma aproximação primeira de sua complexidade. São as repercussões na condição de 'sujeito privado', de 'ser humano' e de 'indivíduo-

cidadão', que devem chamar nossa atenção para a violência doméstica e sexual; são as consequências para a mulher cujas emoções, soberania, dignidade e direitos estão corrompidos e negados, e que na Saúde ou em outros âmbitos da vida social, devem motivar os estudos e as políticas de assistência e prevenção (p.42).

A autora relata que muitos casos de violência não são compreendidos pelas mulheres como violação de direitos, devido ao modo como se naturalizou isso na sociedade.

As mulheres em situação de violência doméstica apresentam dificuldade em relatar os abusos sofridos, muitas vezes não conseguem expressar o que sentem ou o que vivenciam diariamente, não encontrando meios para falar sobre suas dores. Silenciadas, vivem em situações de vulnerabilidade em que não conseguem se emancipar dessas opressões (SCHRAIBER, 2003).

É através da comunicação que o ser humano consegue expressar seus sentimentos, desejos, anseios, pensamentos, e se relacionar com o meio em que vive. Muito além da fala, os indivíduos se comunicam de diferentes formas: com gestos, comportamentos, expressões, arte, escrita, música e até mesmo através da violência (NEVES, 2009).

Conforme Teixeira (2006), é importante uma comunicação em saúde, com o objetivo de promover cuidados nos indivíduos, assim ele elucida que a comunicação em saúde é “o estudo e a utilização de estratégias de comunicação para informar e influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades no sentido de promoverem a sua saúde” (p.615). À nível individual, essa comunicação pode auxiliar na tomada de consciência das ameaças em que esse indivíduo está vivendo, na motivação para a mudança visando reduzir riscos, reforçar atitudes de autocuidado e comportamentos protetores, e melhor utilização de recursos pessoais para a qualidade de vida.

## **COMUNICAÇÃO LIBERTADORA: A AÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO**

Conforme Freire (1987), a educação tem papel conscientizador para a ação libertadora, e é muito importante quando se pensa em prevenção. Atuar de modo a conscientizar a população sobre qualquer assunto é uma ferramenta importante para reais mudanças da sociedade.

O autor afirma que a violência perpetrada pelos opressores acontece devido a uma ordem de posicionamentos, que é injusta e é resultado de um processo histórico de

desumanização, em que as violências se tornaram naturalizadas até mesmo para quem as sofre. Ele comenta como o movimento para a liberdade deve surgir dos próprios oprimidos, através da ação. Então não somente é necessária a conscientização, mas também o movimento, a ação que possa transformar as suas realidades.

Compreendendo que as subjetividades são construídas e desenvolvidas ao longo do tempo, elas também são passíveis de mudanças e transformações, portanto as realidades em si são mutáveis. Brito (2012), em seu texto sobre subjetividade desterritorializada, traz um diálogo sobre os conceitos de subjetividade para Deleuze e Guattari, em que criticam a ideia de uma subjetividade centralizada, contrapondo que esta não daria conta das diferenças, movimentos e vivências existenciais. Portanto, sugerem uma noção de subjetividade móvel, desterritorializada, que possibilita a construção de novos modos de vida e formas de existir: “a afirmação da vida, promovendo linhas de fuga aos modos de sujeição e imposição” (p.7). A subjetividade está então em composição contínua.

Woodward (2000) também aponta para o fato de que identidades são fluidas e mutantes, portanto não fixas. Daí a convicção de que os processos de subjetivação podem ser transformados, resultando em novas formas de construções subjetivas, distintas das moldadas até então. E conforme transformações das subjetividades, entende-se a possibilidade de modificações das realidades.

A palavra, para Freire (1963), é elemento básico para a tolerância e o diálogo. Em um mundo repleto de opressão, ele acredita que a palavra é o meio capaz de transformar a realidade, pois a partir da interação das pessoas os sujeitos conseguem interpretar o mundo, e então agir sobre ele. É a partir da utilização das palavras que o ser humano caminha em busca da emancipação das opressões. O que acontece em situações de violência doméstica é que a própria violência se torna o modo de comunicação na relação.

Freire (1963) também acredita que somente a leitura e escrita não são suficientes para se constituir sujeito no mundo, é preciso desenvolver uma consciência crítica, uma leitura de mundo, para que o indivíduo possa se tornar protagonista da sua história. Por isso, é preciso desenvolver capacidade de interpretar o mundo, de ler e ter uma compreensão crítica da realidade, uma educação, como ele fala, vinculada à vida. Ao ter consciência crítica na sua leitura do mundo, o sujeito tem a possibilidade de ele mesmo descobrir, e não somente receber o que lhe foi transferido por outra pessoa.

Para Freire (1963), o indivíduo só consegue agir e transformar a sua realidade a partir do momento em que consegue usar a comunicação, ler, compreender, interpretar e expressar de forma crítica a sua realidade. Quando consegue desenvolver essa consciência crítica ele se insere como sujeito que faz parte do mundo, e não somente como objeto que está no mundo. Enquanto sujeito inserido e fazendo parte do mundo, ele produz e é produzido, ou seja, ele age ao mesmo tempo em que sofre a ação do mundo, não sendo sujeito passivo nesse contexto, mas sujeito capaz de fazer transformações.

O autor constata a necessidade de democratizar a cultura dando voz e lugar para as produções do povo, enfatizando que a cultura é toda criação humana, é o saber e a arte do povo. Portanto, para que se abra espaço para que os sujeitos diversos possam se comunicar, é importante democratizar os meios de comunicação em que eles poderão se expressar, não se atendo a palavras bonitas e difíceis do mundo acadêmico, mas palavras incorporadas às práticas sociais (1981).

Acreditando na importância de uma comunicação para a liberdade, para o ser humano se tornar sujeito, Freire (1981) elucida a necessidade da educação das massas que se mantém silenciadas, desinformadas, em condições de manipulação e ignorância. Ele convida a pensar que a situação de submissão favorece uma atitude de renúncia do próprio indivíduo em fazer parte da transformação da sociedade. Ressalta a importância da comunicação como diálogo, uma comunicação para o desenvolvimento, aonde os sujeitos não são passivos.

Freire (1963) afirma a importância de o sujeito agir para deixar de ser manipulado, para assim conseguir realmente se emancipar da opressão que sofre e superar a situação de acomodação em que se encontra. No atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, é importante tentar resgatar sua condição de sujeito de direitos, que é sensível, que tem desejos e vontades e que pode mudar sua realidade. Posicionar seu papel como protagonista da sua história e dona das suas próprias decisões. A mulher que sofre violência está com diversas áreas da sua vida fragilizadas, já que uma agressão não é um ato único, ela engloba muito mais fatores do que o que é denunciado. Conseguir empoderar a fala dessas mulheres é ferramenta importante para o enfrentamento das violências e vulnerabilidades que sofrem.

A comunicação é peça chave para mudanças de impacto na vida das pessoas, faz com que se sintam pertencentes ao mundo e donas das suas histórias. Mulheres em

situação de violência doméstica estão submissas ao olhar e comportamento do outro, que lhe diz o que fazer, pensar e sentir, sendo objeto de controle. No momento em que conseguem tornar-se protagonistas de suas histórias, podem descobrir novos caminhos, novos modos de sentir, diferente do que lhe era exposto, tornando-se sujeitos capazes de agir para transformar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo Scott (1995), gênero é elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e foi a forma primeira de significar as relações de poder. Vivemos em uma sociedade marcada pela diferença, em que os papéis para cada indivíduo é designado ao nascer. Homens e mulheres se desenvolvem a partir do que a sociedade lhes impõe, e se moldam ao longo do tempo.

A violência doméstica contra a mulher é um fator de risco preocupante na atualidade, mas que vem de longa data, já que é resultado de uma sociedade patriarcal com crenças construídas culturalmente e que subjetivam mulheres e homens até hoje. Nessa realidade, as mulheres se encontram em posição vulnerável, em que precisam se manter submissas e obedientes, portanto, se veem silenciadas e incapacitadas de relatar suas dores e sofrimento.

A comunicação é libertadora, quando consegue trazer autonomia e força para os indivíduos, do contrário, como é o caso de situações de violência doméstica, a comunicação se baseia unicamente em opressão e desigualdade. Freire traz uma nova ideia para a libertação daqueles que sofrem com as opressões: uma comunicação para a vida e a liberdade. Através da oportunidade de o indivíduo se expressar, conhecer, entender e conseguir criticar a sua realidade, ele encontra os meios para a transformação.

Através da comunicação, as mulheres podem se reconhecer enquanto sujeitos pertencentes ao mundo e merecedores da própria existência. Assim, entendendo e se posicionando enquanto agentes de transformação tem a chance de negar qualquer outra forma de opressão que tentem lhes impor, e podem encontrar suas vozes por tanto tempo silenciadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

BRASIL. **Lei 11.340**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: 7 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)

BRITO, Maria dos Remédios. **Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada**. ALEGRAR n°09, jun/2012.

CLARK, C.J. *et al.* Evaluating a multicomponent social behaviour change communication strategy to reduce intimate partner violence among married couples: study protocol for a cluster randomized trial in Nepal. **BMC Public Health**, 2017, 17:75.

CORDOVA, E.R. *et al.* Educación comunicativa contra la violencia familiar: objetivo de la Medicina General Integral. **Revista Información Científica**, 2018, May-Jun, 97(3):548-556.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo**. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Grasi, 1983. p. 99- 126. Publicado originalmente na Revista de Cultura da Universidade do Recife, n. 4, abr./jun. 1963.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MONTEIRO, Fernanda Santos. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. Monografia apresentada para o curso de Psicologia, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2012.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação Empresarial Integrada**. Editora Mauad, 2009.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, 2007; 20(2):v-vi.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20, n.2: 71-99, jul-dez., 1995.

SCHRAIBER, L. *et. al.* Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, Botucatu, 2003. vol.7 no.12.

TEIXEIRA, J.A.C. Comunicação em saúde: relação técnicos de saúde - Utentes. **Análise Psicológica** v.22 n.3 Lisboa set. 2004.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual** in Tomaz Tadeu SILVA (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANELLO, Valesca. **Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação**, Curitiba: Apris, 2018.